

N. F. Nº - 232340.1042/16-1  
NOTIFICADO - MANOEL JORGE DE JESUS LOPES  
NOTIFICANTE - JOSÉ LUÍS COUTO MULLEM  
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 07/05/2024

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0092-04/24NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. REFRIGERANTES E CERVEJAS. ENTREGA EM LOCAL DIVERSO. NOTA FISCAL INIDÔNEA. FALTA DE EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL. Notificante não comprova como chegou à base de cálculo para estabelecer o valor do ICMS a ser cobrado. A Súmula do CONSEF de nº 01 estabelece que é nulo o procedimento fiscal que não contenha de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo. Notificação Fiscal NULA. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 08/06/2016, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 8.316,00, multa de 100% no valor de R\$ 8.316,00, perfazendo um total de R\$ 16.632,00, pelo cometimento da seguinte infração.

**Infração 01 - 51.01.01** – Transporte ou operação de mercadoria sem documentação fiscal.

**Enquadramento Legal:** Artigo 6º, incisos III, alínea “d” e IV, 34, incs.VI-A, XII e XIV-B da Lei 7.014/96 C/C os arts. 83, inc. I, 101 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Multa prevista no art. 42, inciso IV, Alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Assim consta na Descrição dos Fatos “A mercadoria, 1400 pcts de cervejas Schin 15x269ml e 100 pcts de refrigerante 6x2L, foi apreendida sendo descarregada no estabelecimento GLEISON CAMPOS LIMA. Inscrição estadual nº 57.579.593, sem documento fiscal.  $1400 \times 21,00 = \text{R\$ } 29.400,00$  a  $27\% = \text{R\$ } 7.938,00$ ;  $100 \times 21,00 = \text{R\$ } 2.100,00$  x  $18\% = \text{R\$ } 378,00$ ”

Registro que está anexado ao processo os seguintes documentos: i) Termo de Apreensão de mercadorias e documentos s/nº, anexo do Termo com a descrição das mercadorias e seus valores (fl. 3); ii) cópia do documento do veículo e CNH do motorista.

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 13/20. Inicia sua defesa fazendo uma descrição dos fatos que ensejaram a sua lavratura e que a presente impugnação considera tão apenas os elementos entregues ao justificante por meio de intimação apresentada pelos Correios por AR estando em desacordo com a norma disposta no art. 46 do RPAF, devendo a intimação ser considerada nula.

Cita o art. 6º, III, da Lei 7.014/96 que trata da responsabilidade solidária dos transportadores de mercadorias para explicar que o Agente de Tributos declarou que a apreensão ocorreu da descarga das mercadorias no estabelecimento, portanto não estava sendo transportada. O justificante, enquanto transportador, não estava conduzindo as mercadorias para ser considerado responsável por solidariedade. Nessa seara, o justificante é parte ilegítima para estar na posição de sujeito passivo por solidariedade, devendo a Notificação Fiscal ser considerada nula nos termos do art. 18, IV, “b” do RPAF.

Diz que na hipótese de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal a base de cálculo será apurada pelo critério do arbitramento, observadas as regras estabelecidas no art. 22, alínea

“b” do inciso V, § 1º da Lei nº 7.014/96, porém isso não ocorreu em sua plenitude. Não existe nenhum demonstrativo de débito que acompanha a Notificação Fiscal, só fazendo menção de quantidades e valores unitários na descrição dos fatos. O Agente de Tributos não traz prova dos valores coletados no comércio varejista local e atribuídos a cada um dos itens das mercadorias apreendidas.

Reforça que não há como se aferir a composição da base de cálculo lançada no auto de infração, sendo nulo o demonstrativo do débito e o próprio auto de infração, com fundamento no art. 18, § 1º do RPAF-BA.

Requer seja recebida a presente justificação de lançamento e seja declarada nula a Notificação Fiscal, pelos motivos expostos.

Não consta informação fiscal.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS referente a falta de emissão de nota fiscal para acobertar transporte ou operação de mercadorias, com o valor histórico de R\$ 8.316,00.

Essa ação fiscal ocorreu, conforme o Termo de Apreensão s/nº, no bairro da Calçada em Salvador/Ba, quando em uma abordagem ao veículo de placa JSY-7565, que estava descarregando mercadorias no estabelecimento Gleison Campos Lima ME I.E. 057579.593, onde após a conferência da carga, constatou-se que os produtos cerveja Schin e refrigerantes da mesma marca, estavam desacompanhadas de documentação fiscal.

Em preliminar o Justificante na sua defesa, diz que foi intimado da lavratura da Notificação Fiscal em referência via Correios e não traz todos os elementos do auto de infração, estando em desacordo com o disposto no art. 46 do RPAF, sendo causa de nulidade do ato de intimação da lavratura e solicita a sua nulidade.

A intimação do contribuinte para tomar ciência da lavratura da Notificação Fiscal através dos Correios, está previsto no RPAF, portanto legal, não justificando o pedido de nulidade, além do mais, pelas argumentações defensivas apresentadas verifica-se que o Notificado estava de posse de todos os elementos constantes no processo para exercer o pleno direito de defesa.

Rejeitado o pedido de nulidade.

No seu segundo pedido de nulidade, o Notificado alega que não existe nenhum demonstrativo de débito da Notificação Fiscal, o Agente de Tributos faz apenas menção das quantidades e valores unitários, sem fazer prova de como chegou aos valores unitários dos itens das mercadorias apreendidas, não tendo como aferir a composição da base de cálculo lançado na Notificação Fiscal.

Do exame das peças processuais, observo a existência de vícios jurídicos intransponíveis relativos à legalidade do lançamento, que é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação, observando o devido processo legal.

Compulsando os documentos do processo encontro i) o Termo de Apreensão s/nº onde o Notificante informa que “*A mercadoria foi apreendida sendo descarregada no estabelecimento abaixo identificado sem documento fiscal*”, e especifica a quantidade e tipo de mercadoria apreendida com seus valores, no entanto, não informa como chegou aos valores lançados; ii) Encontro também em anexo ao Termo de Apreensão, uma relação das mercadorias apreendidas com a descrição das mercadorias e quantidades e o cálculo dos valores cobrados sem especificar os preços das mercadorias e como chegou a esses valores.

O presente Conselho da Fazenda Estadual (CONSEF) tem estabelecido no seu conteúdo jurídico

direcionador, em seus precedentes, sendo predominante e pacífica o entendimento exarado na Súmula CONSEF de nº 01 de que é nulo o procedimento fiscal que não contenha, de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo.

*SÚMULA CONSEF Nº 01 ICMS. NULIDADE DO PROCEDIMENTO, CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. É nulo o procedimento fiscal que não contenha, de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo.*

Nesse caso específico, o Notificante não apresenta nenhuma informação de como chegou aos preços unitários das mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal para achar a base de cálculo do ICMS cobrado na Notificação Fiscal, em um claro cerceamento ao direito de defesa do contribuinte.

Desta forma, com fulcro no artigo 20 do RPAF/99, assim como na Súmula nº 01 do CONSEF, acima transcrita, impõe-se a decretação de nulidade do presente processo.

Voto, portanto, pela NULIDADE da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar NULA a Notificação Fiscal nº 232340.1042/16-1, lavrada contra **MANOEL JORGE DE JESUS LOPES**.

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 24 de abril de 2024.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA